

Sociologia da Educação



IMAGENS DA INFÂNCIA – Crenças e Valores das Mães com Filhos na Escola Primária.

Abril de 2006

Trabalho realizado por:
Joana Alves, nº. 16071

IMAGENS DA INFÂNCIA – Crenças e Valores das Mães com Filhos na Escola Primária.



Resumo

O trabalho proposto trata uma reflexão crítica acerca do artigo de Paula Castro e Maria Benedicta Monteiro sobre as crenças e valores das mães com filhos na escola primária. Da leitura e análise do texto, pretendo, como nota introdutória, preparar um pequeno resumo das principais ideias que o estudo pretende transmitir. No seguimento, irei introduzir uma reflexão crítica e pessoal, retendo as principais notações da minha interpretação do estudo, onde introduzirei alguns aspectos que sustentaram a minha decisão para trabalhar o tema, assim como algumas opiniões críticas avaliativas da metodologia adoptada para a construção do artigo.

Síntese do artigo

O tema proposto no artigo remonta aos anos 20 e 30, altura em que o estudo das atitudes parentais tomou larga significância para compreender as atitudes dos filhos. Após um declínio, a temática ressurgiu no início dos anos 80, como tentativa de compreender as diferentes cognições e representações explicativas dos comportamentos individuais. Este interesse integrou uma nova concepção ideológica assente na ideia que “*as análises dos processos de socialização das crianças, estarão sempre incompletas se não levarem em conta as ideias dos pais, e se os investigadores se esquecerem de atribuir também a estes uma vida cognitiva*” ((Goodnow.1988) in Castro, Monteiro, 1996).

As ideias dos pais sobre o desenvolvimento e educação dos filhos, é um tema de conteúdo teórico bastante vasto, por isso o artigo foca apenas duas temáticas: 1- os conteúdos das ideias dos pais; 2- as origens das ideias dos pais. A conexão destes temas prognosticou como objectivo fundamental, a construção de um instrumento de análise que medisse: as dimensões representacionais a que recorrem as mães para pensarem o desenvolvimento e a educação dos seus filhos, os conteúdos e a estrutura destas ideias e os motivos ou origens da variabilidade deste pensamento.

Para o estudo, os autores partiram de pressupostos pré-analíticos relacionados com as principais variáveis a que poderiam estar sujeitas a opiniões dos pais. Relativamente à

dimensão ou conteúdo dos seus pensamentos, os prognósticos indicavam: possíveis variações de carácter valorativo consoante o estatuto sócio-económico dos pais, possíveis variações relacionadas com a ideia profetizada acerca da natureza da infância, variabilidade de opiniões sobre o decurso temporal associado ao desenvolvimento da criança, possíveis consequências internas ou externas que contribuiriam para a aprendizagem da criança e possíveis variações de ideias directamente articuladas ao processo de aprendizagem e relação deste com os objectivos do ensino.

Relacionado com o outro sub-tema, **as origens das ideias dos pais**, a visão enlaça dois caminhos orientadores: uma concepção mais psicológica que se exprime segundo experiências concretas e interrelacionamentos dos pais com os seus filhos e uma outra mais sociológica que remete a procura das origens da variabilidade do pensamento dos pais de acordo com o seu estatuto sócio-económico. É com base nesta segunda noção que o estudo revela a sua conformidade.

Foi com base nestas pré-concepções que os autores moldaram o instrumento de estudo. Foram inquiridas 311 mães com os filhos inscritos no ensino oficial primário (1º ciclo do ensino básico) e abrangendo um leque variado de estatutos sócio-económicos. Para a caracterização das crenças, o estudo utilizou como instrumento um conjunto de 42 perguntas, tipo questionário. Para a caracterização dos valores, 3 questões de resposta aberta.

Esta abordagem tomou como linha orientadora o modelo de Sigel, de onde partiram pressupostos relevantes para a estruturação da análise: Conceptualizaram-se as ideias dos pais em crenças, tomou-se a origem das crenças como adaptações culturais e/ou devidas a experiências individuais e atribuiu-se a dependência destas crenças, principalmente ao nível de instrução dos indivíduos.

Dos resultados provenientes da análise destes questionários puderam-se concretizar algumas noções chave. Relativamente à variável independente que melhor materializa as crenças e valores das mães em relação ao desenvolvimento dos seus filhos, toma-se como primordial, o nível educacional desta, sendo porventura, um indicador aceitável do nível sócio-económico familiar.

Quanto à estrutura e conteúdos das crenças sobre o desenvolvimento, educação e aprendizagem das crianças, as opiniões das mães foram analisadas e, tomando á priori as pré-análises consideradas, agruparam-se estas opiniões de forma a obter uma solução que fosse *“interpretável e mostrasse alguma consistência estatística”* (in Castro, Monteiro, 1996). A solução cifrada agrupou as ideias em cinco factores, são eles: factor 1- tradicional; factor 2- educar é forçar; factor 3- auto-regulação; factor 4- inatismo; factor 5- bom selvagem.

O principal ponto de clivagem, na análise das crenças, assenta na opinião apoiada pelas mães que completaram a escolaridade obrigatória, e por aquelas que prosseguiram os estudos.

De modo sumário, podemos aferir que, tendencialmente, as mães com escolaridade dita obrigatória, aceitam claramente as ideias enquadradas no factor denominado “educar é forçar”, isto é, exprimem a necessidade de precatar a livre expressão impulsiva das crianças, tomando como imperioso a urgência de as socializar através de uma vigilância activa, forçando-as a adaptarem-se às normas sociais. Do ponto de vista da aprendizagem, e conseqüente do modo de ensinar, o modelo é estático cabendo ao professor apenas transmitir a informação básica.

Para além desta visão, estas mães aceitam também a noção de “auto-regulação”, assumindo esta potencialidade como modo de as crianças descobrirem por si, de modo autónomo, a partir da observação do mundo.

É igualmente aceite a crença assente na ideologia do “bom selvagem” assumindo os pais que, embora os impulsos naturais tenham de ser controlados, as crianças não nascem más mas sim boas e semelhantes, e é a sociedade que as transforma. É este grupo de mães que também mostra uma tendência, contudo menos marcada, a aceitar as crenças tradicionais, isto é, partilham a ideia que a escola, os professores e a inteligência das crianças são os principais agentes modeladores da aprendizagem. Partilham também crenças inatistas, aceitando o determinismo biológico como determinante ao processo de aprendizagem.

As mães com nível de escolaridade superior ao 10º ano rejeitam liminarmente as concepções tradicionais e inatistas. Concordam com as ideias auto-regulatórias como potencialidades adaptativas da aprendizagem das crianças.

Para a análise das outras variáveis tratadas, torna-se necessário subdividir este grupo, reunindo as mães que terminaram o 12º ano desunidas daquelas que prosseguiram para níveis superiores de ensino, bacharelato ou licenciatura, de modo a categorizar as tendências valorativas das suas ideias. Para o primeiro grupo de mães, verifica-se ainda uma tendência de aceitabilidade para o modelo “educar é forçar” em oposição ao segundo grupo, que discorda inequivocamente com esta ideia. Ambos os grupos aceitam a ideologia assente no que se denominou “bom selvagem”.

Portanto, pode-se concluir que o único factor que as mães mais escolarizadas concordam inequivocamente é com a “auto-regulação”, e por isso, podemos entender que este estudo assume-se insuficiente como modelo de análise para as crenças das mães mais escolarizadas. Uma vez que para todas as outras variáveis estudadas a tendência é discordante, não se concebem as crenças que estas mães aceitam, tornando a análise inconclusiva.

Uma vez tratado e orientados os conteúdos das crenças, o artigo reflecte as suas dimensão, e conforme as hipóteses tratadas, tomou clara evidência que as crenças das mães, relativas à educação, desenvolvimento e processos de aprendizagem das crianças, variam consoante o seu grau de escolaridade. Outras variáveis preconcebidas foram afastadas, uma vez que não pareceram influenciar a concepção das crenças inferidas pelas mães, exceptuando a análise relativa às etapas da vida dos filhos. Para esta ideia, a formalização pareceu ilustrar que mães com nível superior de escolarização tendem a preconceber uma noção bem estabelecida do que é a adolescência, em oposição a mães menos escolarizadas onde a noção parece difusa.

Partindo para a análise estrutural dos valores expressos pelas mães, os autores do texto concordaram em agrupá-los segundo adaptações categóricas em 11 termos. Destes 11 termos 3 mostraram abranger um carácter trans-social, isto é, a inteligência, a responsabilidade e a deligência foram factores que não dependeram directamente do grau de escolarização das mães.

Da interpretação analítica dos valores apoiados pelas mães menos escolarizadas, percebeu-se que estas, tendencialmente, aceitam valores conformistas, de benevolência moral e social, de escolarização e de segurança. A par destas determinações, as mães menos escolarizadas também idealizam para os filhos valores colectivistas como a

simpatia, a amabilidade, a afeição e a sociabilidade a boa educação o respeito pelos outros, entre outros.

Em contraposição, mães com níveis de escolarização mais elevados, tenderiam a perspectivar valores como a auto-regulação, o sucesso e o hedonismo. Tendem portanto a valorizar princípios mais individualistas, como o dinamismo e sucesso profissional, a independência, a felicidade e a diversão.

Relativamente à análise da variabilidade das crenças, a construção segundo eixos diametralmente opostos foi o método organizacional encontrado para a descrição dos valores, assim a oposição entre valores conformistas e valores de auto-regulação foram os que melhor caracterizaram as opiniões das mães, tomando partido da primeira ideia as mães com menor grau de escolaridade e da segunda, as mães com níveis de escolarização superiores.

As conclusões aceites não são, nem poderiam ser concepções definitivas. Uma vez que estamos a lidar com uma amostra de opiniões e como, nem sempre a tendência dita a regra, os resultados não circunscrevem uma generalidade mas sim uma orientação, como é base de uma qualquer análise sociológica. Portanto, a sua fiabilidade só é mensurável até ao ponto de transposição do cientificamente provável.

Reflexão crítica

Como se acredita, e revendo a análise feita anteriormente ao artigo, facilmente um filho, como eu, encara o assunto das crenças e valores perspectivados pelas mães, e transpondo para a próprias, como matéria de interesse e curiosidade, por isso, a minha vontade em escolhê-lo como substância de trabalho.

Contudo, confesso que fiquei um tanto desiludida após uma primeira leitura, não só porque prognostiquei outra abordagem ao tema, mais direccionada ao desvendar curioso de uma filha que ansiava conhecer as opiniões e crenças, os valores e as expectativas da própria mãe, mas também talvez devido ao modo como as autoras optaram por construir a metodologia em estudo, tornando-a maçadora e pouco elucidativa.

Acredito que o tema poderia ser bem mais rico se não se balizasse apenas a um formato tipo “relatório técnico”, como parece ter sido a opção, e alargasse o seu conteúdo a uma perspectiva mais criativa e atraente, tanto em parâmetros visuais, como de conteúdo.

Na tentativa de estudar o tema abordado, transpus a visão de filha, para os olhos de uma estudante, e assim, tentei interpretar o artigo de modo coerente àquilo que penso ser uma análise sociológica.

Mesmo antes de ler o texto, comecei por tentar imaginar qual a tendência ilustrativa de crenças e valores de mães que tão cedo encaminham os filhos para os cuidados de outras pessoas. “Medo” foi de imediato a palavra que ocorreu para validar o principal sentimento, associado ao medo pensei que as crenças seriam sempre mais reticentes, uma vez que o futuro das crianças padecia do amparo de outros. Mas, e à mediada que

analisei o estudo, apercebi-me que o conteúdo do trabalho abordava sentimentos mais voltados para o campo educativo enquanto instrução e aprendizagens e não tanto para o campo educativo moral e cívico, daí que as opiniões das mães fossem mais abertas e tendenciais.

Esta minha opinião, contudo, prende-se com a análise interpretativa que fiz ao texto, uma vez que não existem referências directas que confrontem esta óptica, aliás, esta foi uma dúvida que surgiu aquando da discussão com o meu grupo de trabalho.

Um erro, a meu ver determinante para a avaliação do texto, prende-se com esta falta de valor interpretativo que lhe está associado. No texto, dificilmente se encontram definições de certos termos que necessitariam de tal para uma melhor compreensão do conteúdo do estudo. Um exemplo, foi o termo “educação”, várias vezes empregue, mas sem nunca aparecer associado a uma definição valorativa específica. Esta falta de rigor culminará, propositadamente ou não, com a abertura de uma margem interpretativa de análise, que no fim, acabará por resultar numa possível má compreensão da mensagem do estudo.

Mas pegando neste exemplo, acredito que não se tenha tratado de uma falha, que por este ângulo seria gravíssima, mas sim de um método deliberado para ampliar o campo interpretativo das respostas e não o circunscrever a definições preestabelecidas.

Foi surpresa para mim deslindar certas constatações, aquando da análise do texto, principalmente no tocante á variabilidade das crenças e valores quando correlacionadas com específicos conjuntos de mães. Como filha, penso que a globalidade dos filhos tem tendência a acreditar que todas as mães reflectem a nossa, e aperceber-me que a variedade de opiniões acerca da educação que as mães perspectivam para os filhos é essencialmente de foro social, deixou-me um pouco transtornada, uma vez que, na minha anterior opinião, pensei que os contornos da maternidade fossem bem mais de foro naturalista que de carácter sociológico. Todavia, não deixo de achar este trabalho interessante em conteúdo, aliás foi talvez este aspecto que suscitou mais interesse na minha análise, uma vez que confrontou certas ideias que preconcebi.

Em termos de estruturação do texto, houve alguns aspectos que, a meu ver, pecaram pela má concepção e deveriam ter sido mais cuidadosamente tratados quando da elaboração do artigo. Uma vez que o trabalho foi publicado, a preocupação das autoras deveria ter sido o publico a quem se destinou, e o modo como optaram por estruturar o material apresentado, não encontrou esta finalidade. Houve pouca congruência no manejo de dados, desde gráficos sem legendas ou tabelas sem lógica analítica a conceitos indefinidos, o texto não estava legível para um outro público que não as próprias autoras. E por este aspecto, sinto-me inábil, uma vez que tive de apresentar o tema estudado em aula sem compreender ao certo o que estava para lá dos resultados obtidos.

Em jeito de conclusão, queria salvaguardar que por detrás desta minha crítica, o trabalho pessoal resultante da leitura e análise do artigo, foi bastante gratificante. Gostei bastante do tema, apesar de, e como aferi inicialmente, a opção ter sido uma abordagem, a meu ver, bastante técnica, contudo foi interessante trabalhar com ele, e uma vez que o trabalho conjunto (meu e do grupo de trabalho) pegou neste estudo e confronto-o com a opinião da nossas mães, o argumento tornou-se ainda mais valioso.